

JACINTO CÂNDIDO DA SILVA (1857-1926):
O NACIONALISMO CATÓLICO ATRAVÉS
DAS MEMÓRIAS DE UM DOS SEUS FUNDADORES *

NUNO OLAIO **

«É preciso hierarquizar os problemas, que estão em foco – o político, o social, – e o religioso. Nenhuma dúvida que a questão primordial é a religiosa. Ela é a base da moral. A moral a base da questão social, e a sua própria essência. Esta é, hoje em dia, a questão candente, digam o que disserem. Não há esquerdas, nem direitas, que a eliminem ou atenuem, nem correntes de ocasião que a possam ofuscar.»

Jacinto Cândido da Silva ¹

Introdução

Ao estudar o pensamento de Jacinto Cândido da Silva (1857-1926), político que exerceu um papel de relevo na vida pública no final da monarquia constitucional, ao liderar o projecto de formação de um partido de inspiração católica, e conduzi-lo nas agitadas águas da política nacional

* Reformulação do trabalho académico *Jacinto Cândido da Silva e o Nacionalismo Católico (1901-1911)*. *O Partido Nacionalista através das memórias de um dos seus fundadores*, apresentado em 1999 no âmbito do Mestrado de História Contemporânea, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

** Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. nunolaio@hotmail.com.

¹ Jacinto Cândido da Silva, «Memórias Íntimas para o Meu Filho (1898-1925)», ed. de José Lopes Dias, *Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, Edição de Estudos de Castelo Branco, 1963, pp. 355-356.

durante a primeira década do séc. XX, não podemos desligar a sua intervenção pública de um dos principais assuntos em debate na época – a questão religiosa. Esta questão representava para ele a defesa das liberdades e direitos da Igreja, no âmbito de um processo de recomposição do catolicismo português face à laicização da sociedade portuguesa e às campanhas anticlericais. Nas suas *Memórias*² Jacinto Cândido frisa bem esta questão, meridiano de actuação política que transparece nos propósitos formulados pelo grupo de católicos que fundam o Centro Nacional, em 1901, bem como nas inúmeras conferências e artigos que publicou em prol do nacionalismo católico. Num sugestivo texto publicado n’*A Palavra* em 1904, alguns meses após a participação do Partido Nacionalista nas eleições legislativas, reiterava o lugar central da religião no seu pensamento, ligando-o a uma dimensão ontológica legitimadora do Estado e da sociedade³: «Pode haver, e tem havido, por vezes, deplorável confusão entre a política e a religião, para mal desta, supondo-se que o princípio religioso deve ser anexo de instituições políticas, a elas subordinado, e não o principal factor da Nação, e o objectivo subordinante de energias na vida pública nacional. [...] Este tem sido erro lastimável que cumpre não perdurar. [...] Qual é o católico, digno desse nome, e que se honre com a sua crença, que ponha, superior à sua fé religiosa, a sua convicção política? [...] As questões fundamentais hoje, na política do mundo, são: a questão religiosa e a questão social. [...] Tudo o mais são cambiantes, divisões, sub-divisões, dentro de um ou de outro campo extremo. A divisão primária é esta: de um lado, a maçonaria e o socialismo; – do outro, a Igreja e os conservadores da ordem social. [...]»⁴. As questões levantadas por Jacinto Cândido neste artigo serão objecto da presente reflexão, tendo constituído ao longo da sua participação pública um lugar central nas opções políticas que tomou, no âmbito da sua participação no projecto do nacionalismo católico, e após o advento da república, nas esporádicas aparições públicas e contributos escritos em prol das suas ideias.

Podemos definir os anos de 1890-1910 como o período no qual se formula, organiza e aplica o pensamento de Jacinto Cândido sobre o nacionalismo católico. Este período foi terreno fértil de várias transformações

² No presente trabalho simplificaremos a referência da obra de Jacinto Cândido «*Memórias Íntimas para o Meu Filho (1898-1925)*» recorrendo à designação de «*Memórias*».

³ António Matos Ferreira, «Repercussões do Ultimatum no meio católico: notas acerca do nacionalismo católico», *Lusitania Sacra*, 2^o série, n^o 6, 1994, pp. 42-43.

⁴ Jacinto Cândido da Silva, «A Santa Sé e a Nação» in *A Palavra*, ano XXXII, n^o

estruturais na sociedade portuguesa. A crise política, social e económica despoletada pelo Ultimatum Inglês de 1890 foi o catalisador de vários movimentos sociais anunciadores de propostas de regeneração nacional. Com a publicação da encíclica *Rerum Novarum* o Papa Leão XIII estabeleceu as bases do catolicismo social. É na conjugação deste texto, de 1891, com o envio da carta “Au milieu des sollicitudes” aos bispos franceses, que se iniciou a política do *ralliement*, de tolerância para com os regimes liberais e republicanos. Esta política apontava como prioridade a defesa da Igreja face aos ataques da legislação anticlerical, e do aprofundamento do laicismo, na sociedade liberal, mobilizando-se os católicos em torno da questão social e no combate a projectos sociais concorrenciais, tais como o republicano e o socialista. Em Portugal, como consequência dessa atitude assistiu-se à reorganização do movimento católico, e no seguimento das recomendações da Santa Sé, o episcopado procurou ter maior intervenção na sociedade, na mobilização dos leigos e na defesa das suas posições, através de uma imprensa católica, organizada, e socialmente interventiva ⁵. Como resultado desta recomposição orgânica do catolicismo português, na implementação de um projecto de regeneração nacional, surgiram várias formas de associativismo ligadas à Igreja Católica e diferentes respostas aos seus opositores ⁶.

Ao esboçar o pensamento de Jacinto Cândido da Silva, antigo deputado regenerador, ministro da Marinha e Ultramar e alto funcionário público, pretendemos estabelecer a longitude pública dos seus propósitos, as ideias que tinha sobre o nacionalismo católico, e no seu seguimento, compreender

285, 8 de Junho de 1904.

⁵ Sobre a mobilização do catolicismo nacional recorde-se a atitude preconizada pela Santa Sé desde o convite de Pio IX para a organização dos católicos portugueses na promoção da religião católica através do seu breve *Maximas sine intermissione* de 28 de Fevereiro de 1878, até à carta encíclica *Pergrata nobis* enviada por Leão XIII em 19 de Setembro de 1886. Nesta última, o Papa pede a união dos católicos e a separação dos assuntos eclesiais dos políticos, advertindo dos perigos do envolvimento do episcopado nesses assuntos.

⁶ Cf. Marie-Christine Volovitch, «Quelques aspects importants du catholicisme social au Portugal entre 1890 et 1910», *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXeme siècle. Actes du colloque, Paris, 10-13 Janvier 1979*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1982; Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e do Salazarismo*; Lisboa, Editorial Presença / Gabinete de Investigações Sociais, 1980 e *Transições Históricas e Reformas Políticas em Portugal*, Lisboa, Bizâncio, 1999, especialmente pp. 13-31; António Matos Ferreira, «Questions autour de la répercussion au Portugal (1891-1911) de l'encyclique Rerum Novarum» in *Rerum Novarum, écriture, contenu et réception d'une encyclique. Actes du colloque international organisé par*

o papel que desempenhou durante a monarquia na organização e dinamização do Centro Nacional (1901-1903), do Partido Nacionalista (1903-1910), bem como, o contributo prestado após o advento da República, no projecto do Centro Católico Português. Para isso recorreremos a duas obras autobiográficas, que surgiram de sua pena em diferentes períodos: a *Autobiografia* e as *Memórias Íntimas para o meu Filho*.⁷

Jacinto Cândido da Silva (1857-1926) católico e político militante⁸

Proveniente de uma família de raízes regeneradoras, com larga tradição na ilha Terceira, o futuro chefe nacionalista, nasceu em Angra do Heroísmo a 30 de Novembro de 1857. Iniciou a vida adulta com a partida para Coimbra, em 1876, onde se preparou para frequentar o curso de Direito. Realizou a discência com bom proveito, manifestando desde cedo

L'École Française de Rome et le GRECO n°2 du CNRS, 18-20 avril 1991, Roma, École Française de Rome, 1997, pp. 443-464.

⁷ Estas obras foram publicadas postumamente por José Lopes Dias. «Autobiografia», José Lopes Dias (dir.), *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, n° 3, 1962, pp. 5-30, 9 il. e «Memórias Íntimas para o Meu Filho (1898-1925)», *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, 1963. Jacinto Cândido da Silva no início das suas *Memórias* faz uma ressalva sobre a forma como foram produzidas, a qual importa aqui considerar: «Não tenho aqui os documentos, que podiam servir-me de guia. Escrevo somente de memória o que me vai ocorrendo, e à medida que me ocorre, e também segundo as impressões dominantes no meu espírito, no momento, em que escrevo. São factos e considerações soltas, desligadas, por falta de ordem cronológica; mas procurando, em cada um deles ser completo, dizendo tudo o que me lembra, e que importa para o seu conhecimento exacto», p. 53.

⁸ A biografia de Jacinto Cândido da Silva tem sido glosada por vários investigadores numa perspectiva biográfica ou interpretativa do seu pensamento. A obra mais relevante sobre este político deve-se a José Lopes Dias, seu médico, confidente e biógrafo. Deste trabalho destacamos a publicação da «Autobiografia» e «Memórias Íntimas para o Meu Filho (1898-1925)» na revista *Estudos de Castelo Branco* por si dirigida nos anos 60. De sua pena é uma importante introdução às memórias de Jacinto Cândido: «Prefácio» Preâmbulo de Jacinto Cândido da Silva a «Memórias Íntimas para o Meu Filho (1898-1925)», *Estudos de Castelo Branco*, Castelo Branco, 1963 e um artigo comemorativo do centenário do seu nascimento: «Um centenário esquecido. O conselheiro Jacinto Cândido» in *Reconquista*, n° 656, Castelo Branco, 1 de Dezembro de 1957. Vários investigadores abordaram a vida e pensamento de Jacinto Cândido no âmbito da sua participação no Partido Nacionalista como Amaro Carvalho da Silva, *O Partido Nacionalista no contexto do nacionalismo católico (1901-1910)*, Lisboa, ed. Colibri, 1996 e Vitor Neto, *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*,

aptidões políticas ao fazer parte, em 1880, da comissão organizadora do tricentenário camoniano ⁹, celebração nacional de cariz republicano, bem como nas lutas estudantis em que se envolveu enquanto membro do Conselho Directivo do Clube Académico. Aí surge como inflamado orador nas assembleias gerais, animando com os correligionários a folha *Zé Pereira* contra o Governador Civil de Coimbra ¹⁰. Após concluir o curso praticou advocacia em Lisboa, regressando aos Açores poucos meses depois, a instâncias da mãe. Deixou para trás um convite para leccionar na Faculdade de Direito e um outro para integrar o escritório de advocacia de Feliciano Gabriel de Freitas, onde estagiara. Em Angra do Heroísmo foi professor no liceu local, montando escritório de advocacia com o tio Fernando Rocha. Durante estes anos Jacinto Cândido preparou-se para o exercício público. Em 1882 foi nomeado vogal do Conselho de Distrito (Tribunal de Contas e do Contencioso Administrativo Distrital), facto que lhe abriu as portas para uma carreira na política, como o recordou mais tarde: «Caí, assim, na rede política, com esta nomeação penhorante para os meus 24 anos. A categoria social a um lado, e o ordenado a outro, sem minha solicitação, directa ou indirecta, prenderam-se ao partido regenerador, em que já militavam meu Pai e meu Tio, e meu Avô Jacinto Cândido, constituindo os três uma grande força eleitoral.» ¹¹ Jacinto Cândido pertenceu a uma geração de novos políticos, demonstrando capacidades de organização na reanimação local do Partido Regenerador, conseguindo uma sede para o Centro Político, fomentando a criação de uma filarmónica regeneradora e fundando o periódico *O Popular*, do qual foi jornalista e director. Candidatou-se às eleições de 1884, não sendo eleito, facto atribuído por Jacinto Cândido às concertações do conde de Siuve, provector chefe dos regeneradores locais, a quem sucedeu alguns anos mais tarde na direcção do partido nos Açores, como o recordou na *Autobiografia*: «O conde de Siuve, velho político experimentado, era mestre em manhas e ardis; mas não era para tais aventuras, e agourava mal das minhas tentativas. [...] Siuve, partidário disciplinado do Fontes, não saía, nem sequer

Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998 e mais recentemente, o mesmo autor com o artigo «O Nacionalismo católico em Jacinto Cândido» in *Revista da História das Ideias*, vol. 22, 2001, pp. 395-417.

⁹ «Autobiografia», pp. 18-19. Sobre o significado das comemorações do tricentenário de Camões cf. Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional (1846--1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 434-444.

¹⁰ Neste jornal, que sustentava uma polémica que opunha os estudantes a José Pereira, Governador Civil de Coimbra, participavam ainda Eduardo Abreu (médico e

tentava, ou pensava em deixar de cumprir as indicações do seu chefe político.»¹² É eleito deputado a 6 de Março de 1887 pelo Círculo nº 99, de Angra do Heroísmo, fazendo o seu tirocínio político, como parlamentar regenerador sob a chefia de Lopo Vaz e na companhia de Hintze Ribeiro, Ferreira do Amaral, Morais de Carvalho e João Franco. Em 1890 assegurava a sua reeleição para o parlamento e o controlo político do círculo eleitoral que o elegera: «No meu distrito mandava eu, de acordo com o Conde de Siuve, que continuava a ser o chefe local dos regeneradores: mas que nada fazia sem o meu acordo.»¹³ No parlamento manteve uma actividade eficiente e discreta. Desde a primeira eleição representou os interesses do seu círculo de forma perseverante, apresentando várias moções sobre assuntos insulares. Nos primeiros anos de actividade parlamentar ocupou-se de vários pedidos de informação, requerimentos e propostas, diligenciando para a conclusão dos portos artificiais de Ponta Delgada e Horta (28.6.1887); a elevação do ordenado do guarda-mor de saúde do Porto de Angra (16.7.1887, renovação do projecto de lei apresentado em 1879 pelo Conde de Siuve). Participou na discussão da reforma da pauta (27.7.1887), na reforma da magistratura no ultramar (16.7.1887), no debate sobre a régie dos tabacos (14.4.1888), e sobre a aplicação aos párocos do direito de aposentação (4.7.1890). Em 1891 é eleito para as comissões da Fazenda, da Reforma das Pautas e da Indústria, que mantém em 1892, quando, como relator do projecto nº 5, sobre as medidas da salvação nacional, foi Ministro das Finanças Oliveira Martins¹⁴. No âmbito da discussão pública sobre a crise política, social e económica que se abatera sobre Portugal, Jacinto Cândido pronunciou no parlamento um discurso em que define a sua atitude política: «É preciso confessar, e penitenciar-nos dos erros passados, reformar os nossos costumes políticos, remodelar os nossos processos governativos, adoptar novos sistemas de administração, e, sem reboços, nem hesitações, abandonar de vez a Vida Velha; entrar a valer, rasgada e verdadeiramente, em Vida Nova [...]»¹⁵. Ao recordar esta crise, alguns

deputado republicano, nascido na Ilha Terceira) e António Sérgio de Castro (político e jornalista).

¹¹ «Autobiografia», p. 20.

¹² *Idem*, pp. 22-23.

¹³ *Idem*, pp. 24-25.

¹⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, Lisboa, 1887-1900.

¹⁵ Jacinto Cândido da Silva, *As medidas de salvação pública, nas sessões da Câmara dos Deputados de 13 e 17 de Fevereiro de 1892*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 10. Desde 1890 Jacinto Cândido publicou as seguintes intervenções na

anos mais tarde, sublinhava as causas da debilidade do sistema político: «A crise financeira era gravíssima, então, e sentia-se iminente a bancarrota. Regeneradores e progressistas estavam aterrados com a crise financeira, e já, então, um movimento de revolta, não pela força dos elementos revolucionários, que tão facilmente tinham sido vencidos no Porto, no célebre “31 de Janeiro”, mas pela fraqueza dos partidos, muito desacreditados e desmoralizados, sem energias combativas»¹⁶. A aproximação de Jacinto Cândido aos meios católicos sucedeu nestes primeiros anos da década de noventa. Começou por escrever vários artigos para o *Correio Nacional*¹⁷, na esteira da política leonina do *ralliement*. No ano de 1884 foi convidado para o Centro Católico Parlamentar, projecto inspirado pelo bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina e Quirino de Jesus, o qual foi lançado nas páginas do *Correio Nacional* com o apoio do episcopado português. Os falecimentos de Casal Ribeiro e de Henrique Barros Gomes, relevantes figuras desse espaço de união e mobilização de políticos católicos gorou os objectivos propostos com a criação do Centro. As vicissitudes políticas da época: com a ditadura de Hintze Ribeiro, e o seu desfecho parlamentar, a criação do “solar dos barrigas”, encerrou definitivamente a experiência do Centro Católico¹⁸. Em 1895 Jacinto Cândido foi convidado a integrar o governo de Hintze Ribeiro, na pasta da Marinha e Ultramar, na qual desenvolveu ampla actividade¹⁹. Contudo, o seu ministério teve uma curta existência, caindo com o governo, em Janeiro de 1897. Ao voltar ao Parlamento Jacinto Cândido dedicou-se com crescente entusiasmo ao nacionalismo católico²⁰.

Câmara dos Pares: *Discurso nas sessões da Câmara dos Deputados* [sobre o monopólio do tabaco], 15 de Julho de 1890, pp. 1265-1275; *A questão dos tabacos nos Açores, sessão da Câmara dos Deputados de 6 de Maio de 1899*, Imprensa Nacional, 1899.

¹⁶ «Autobiografia», p. 25.

¹⁷ Jacinto Cândido integrou a direcção deste periódico. Nesse mesmo ano de 1893 casa com D. Balbina Osório de Meneses Pita, filha do Conde de Proença-a-Nova e irmã dos seus correligionários de Coimbra João Filipe e o poeta Luís Osório. Deste casamento nasceria em 1896 o seu único filho, Jacinto Cândido Osório da Silva.

¹⁸ Manuel Braga da Cruz, «Partidos Políticos Confessionais» in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Carlos Moreira Azevedo (dir.), vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 381.

¹⁹ Foi eleito em Setembro de 1895 procedendo à reorganização do Arsenal da Marinha, contratando para o efeito o engenheiro Alphonse Croneau. Adquiriu vários navios, como os cruzadores “D. Carlos”, “S. Rafael” e “S. Gabriel”, organizando uma divisão naval, capitaneada pelo Comandante Augusto de Castilho. Promoveu obras nas colónias como os melhoramentos no porto e no caminho de ferro de Lourenço Marques. Procedeu à reforma do modelo colonial, aprovando legislação nessa área e implantando

Em 1901 foi elevado ao pariato pelo Rei D. Carlos. Entre este ano, data da formação dos Centros Nacionais e 1910, momento em que expira o projecto do nacionalismo católico, Jacinto Cândido da Silva desdobrou-se em actividades por todo o país em prol do movimento nacionalista. A Câmara dos Pares foi a sua tribuna ²¹. Em 1901 as tensões sociais criadas pelo desenrolar do caso Calmon, originaram uma ampla campanha anticlerical a nível nacional, a qual, por sua vez, estimulou um sentimento de afirmação política de um catolicismo patriótico e nacionalista ²². Na sequência desse acontecimento um grupo de católicos que colaboravam no periódico *Correio Nacional* decidiram criar um novo projecto de intervenção pública – o Centro Nacional, com o lançamento a 16 de Julho de 1901 da *Circular para a Fundação do Centro Nacional* ²³. A direcção do Centro foi constituída por Jacinto Cândido da Silva, o conde de Bertandos e Gonçalo Xavier de Almeida Garrett. Os centros nacionais rapidamente polarizaram a dinamização do laicado. O clero, por sua vez, estava também empenhado nesta mobilização, como nos revela o Pe. Martins Capela no seu Diário ²⁴. No processo de formação destes centros

colónias militares e administrativas em várias localidades.

²⁰ José Lopes Dias refere que desde 1898 Jacinto Cândido «[...] trazia amadurecido o programa do Centro Nacional, no seu primitivo sentido de democracia cristã, [...]», «Prefácio» Preâmbulo de Jacinto Cândido da Silva, «Memórias Íntimas para o Meu Filho (1898-1925)», *Estudos de Castelo Branco*, Castelo Branco, 1963, p. 16.

²¹ Desde 1901 publicou as seguintes intervenções na Câmara dos Pares: *Discussão da resposta ao discurso da Coroa, discurso do Digno Par Jacinto Cândido, nas sessões de 29 e 31 de Janeiro de 1902*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902; *Vida Velha e Vida Nova, Discurso proferido na sessão de 18 de Abril de 1902*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902; *O Convénio, na sessão de 10 de Maio de 1902*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902; *Questões de Governo. Discurso proferido na sessão de 13 de Fevereiro de 1903 pelo digno par Jacinto Cândido*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903; *Questões financeiras, discurso na sessão de 12 de Março de 1904*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904; *Manifestações de opinião, discurso na sessão de 18 de Março de 1904*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904; *Resposta a El-Rei, discurso nas sessões de 23, 27 e 28 de Novembro de 1906*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.

²² António Matos Ferreira, *op. cit.*, 1994, p. 42.

²³ *O Grito do Povo*, ano III, nº 112, 27 de Julho de 1901. A visão estabelecida no presente artigo sobre a formação do Centro Nacional decorre da leitura das *Memórias* e outros textos de Jacinto Cândido da Silva. Contudo, a formação do Centro Nacional, a definição dos seus objectivos e modelo de actuação social carece de um estudo aprofundado uma vez que existem opiniões discordantes no meio católico da época sobre esta questão. Cf. Quirino Avelino de Jesus, «O Centro católico e a época. Um trecho de história político-religiosa contemporânea», *Seara Nova*, nº 59, 7 de Novembro de 1925

Jacinto Cândido sente a necessidade de politizar o movimento. Em carta dirigida a Tavares Proença (28 de Novembro de 1901), chefe progressista em Castelo Branco, Jacinto Cândido descrevia o seu entusiasmo, e algumas das preocupações, na preparação do projecto nacionalista: «[...] O momento é mais do que oportuno para o lançamento da nova ideia. Cuidamos disso, mas há dificuldades máximas. É nossa ideia, já assente, e, para ela vingar, em muito concorreu a nossa conferência, secularizar, por completo, o nacionalismo, convertendo-o num partido conservador, e sem a influencia do clericalismo, se bem que [...] o movimento secularizador é geral quase. [...]».²⁵ As dificuldades inicialmente encontradas na formação dos Centros Nacionais permitem-nos contextualizar as preocupações formuladas por Jacinto Cândido em alargar a base social de apoio do nacionalismo entre os católicos próximos do rotativismo, transformando o Centro Nacional em partido. Esta seria a forma de libertar o movimento das pressões anticlericais, alcançando outros sectores da sociedade da época. Contudo, o cerco rotativista às primeiras deambulações eleitorais dos nacionalistas, em Outubro e Novembro de 1901, revelou a fraca implantação política do movimento, bem como as crescentes preocupações do caciquismo face a este projecto político. A preparação das eleições de 1901 contava com o habitual acordo entre os progressistas e regeneradores, e com o empenho pessoal dos seus chefes, em gorar à nascente, as veleidades políticas das outras forças em disputa: a dissidência franquista e o nacionalismo católico. Esta preocupação foi expressa por Hintze Ribeiro em carta dirigida a José Luciano de Castro: «[...] Agora outros assuntos. Tenho informações de que em diversos distritos se procura fazer propaganda e aliciar adesões, sobretudo entre os padres, para a apresentação de candidatos católicos. Compreende bem V. Ex^a quanto isto é inconveniente e perigoso.[...]»²⁶. Os resultados eleitorais foram fracos.

e Manuel Abúndio da Silva, *Cartas a um Abade*, Braga, Cruz & C^a, 1913, pp. 90-93.

²⁴ Amaro Carvalho da Silva, *Op. cit.*, pp. 123-172. Como apêndice a esta obra encontram-se extractos do Diário mantido pelo P. Martins Capela, onde poderemos recolher algumas impressões sobre o ambiente que antecedeu a criação do Partido Nacionalista e ainda sobre o esforço eleitoral dos nacionalistas, antes – com os Centros Nacionais –, e depois – com as várias fases do novo partido, ao longo da primeira década de noventa.

²⁵ Carta de Jacinto Cândido a Tavares Proença, 28 de Novembro de 1901. *Apud* José Lopes Dias, «Prefácio», preâmbulo de Jacinto Cândido da Silva, «Memórias Íntimas para o Meu Filho (1898-1925)», *Estudos de Castelo Branco. Revista de História e Cultura*, Castelo Branco, 1963, p. 19.

Nacionalistas como o Pe. Manuel de Albuquerque manifestavam o seu desalento face à disparidade existente entre a militância no movimento nacionalista e a capacidade dos Centros Nacionais de mobilização dos seus apoiantes para o acto eleitoral de 1901, revelando as suas palavras: «[...] a debandada, ao aproximar-se a hora solene do combate, ou se conservavam em seus quartéis de Inverno [...]»²⁷.

O desafio lançado pelos partidos liberais ao nacionalismo católico não se fez esperar. José Luciano de Castro lançou na Câmara Alta um repto para que os chefes católicos definissem as suas posições quanto à formação, de facto, de uma nova força política. Um desafio aceite por Jacinto Cândido²⁸. Ao defender a existência de uma força política alheia ao rotativismo e fundada sobre os princípios católicos e o espírito da acção social da Igreja, este deixou de ser um “nacionalista condicional” (vinculado a um partido) para se afirmar, no seu próprio vocabulário, como um “nacionalista puro” (livre de integrar o nacionalismo católico)²⁹. Jacinto Cândido recordou o episódio em carta enviada a Tavares Proença (22 de Fevereiro de 1902): «Creio bem que o J. Luciano se arrependeu de me ter reptado tão insistentemente. E o seu aliado, Hintze Ribeiro – penso também, – não gostou muito do episódio. Desfraldou-se, pois, a bandeira. Foi o baptismo de fogo, e V. verá que, apesar de metido entre os dois fogos, dos dois aliados, eu não fui muito infeliz, e de um deles eu me servi para bater o outro. De resto, creio que os tristes fados desta nação têm de cumprir-se, para o que tudo se vai conspirando. – Eu, por mim e comigo o Centro Nacional, vamos protestando contra esta tolerada e escandalosa mancebia política, para ruína do país. Protestaremos, sempre, em favor da Nação, e contra os sindicatos de exploradores. Por isso somos nacionalistas [...]»³⁰. A sua atitude ditou o afastamento dos deputados e pares do reino nacionalistas dos seus antigos partidos, dando o passo decisivo para a criação de um partido, facto consumado pela transformação em 1903, na cidade do Porto, do Centro Nacional em Partido Nacionalista.

²⁶ Carta de Hintze Ribeiro a José Luciano de Castro de 25 de Agosto de 1901, alguns meses antes das eleições legislativas e autárquicas. Fernando Moreira, *José Luciano de Castro. Correspondência Política (1858-1911)*, Lisboa, Quetzal Editores, 1998.

²⁷ Manuel de Albuquerque, *Os Centros Nacionais*, Braga, Imprensa Henriquina, 1902, pág. 16.

²⁸ Jacinto Cândido da Silva, *Discussão da resposta ao discurso da Coroa, discurso do Digno Par Jacinto Cândido, nas sessões de 29 e 31 de Janeiro de 1902*, Lisboa,

A criação do partido teve a participação de um destacado grupo de católicos no qual se incluem o conde de Samodães, António Mendes Lages, Pe. António Manuel da Silva Abreu, Jacinto Cândido da Silva, conde de Bertandos, José Pulido Garcia e o general Hugo de Lacerda. Gonçalo Xavier de Almeida Garrett, um dos membros da direcção do Centro Nacional, optou por manter-se no Partido Regenerador, por não concordar com a transformação do Centro em partido político. Jacinto Cândido, emergindo entre os seus pares, foi progressivamente guindado à liderança do novo partido. A sua actividade política desdobrou-se em contactos por todo o país para a criação de centros nacionalistas paroquiais, concelhios e distritais, realizando conferências em várias localidades para obter o máximo de apoio para o movimento. No discurso da Câmara dos Pares que antecedeu a realização do primeiro congresso nacionalista, Jacinto Cândido teceu duras críticas à actuação do governo de Hintze Ribeiro, denunciando o sistema político, – *A vida velha*, e recordando os princípios da *vida nova*, identificada com o nacionalismo católico ³¹.

O congresso fundador do Partido Nacionalista reuniu na cidade do Porto, entre 1 e 3 de Junho de 1903. Aqui, os “nacionalistas puros” e os “nacionalistas condicionais” uniram-se na formação de um partido político, cuja intenção e estrutura, na prática, já existia. Ao congresso assistiram várias centenas de delegados dos inúmeros Centros Nacionais que tinham sido criados durante os últimos dois anos, tendo maior expressão a presença de delegados oriundos do norte do país ³². A comunicação de

Imprensa Nacional, 1902.

²⁹ *Correio Nacional*, 15 de Fevereiro de 1902.

³⁰ José Lopes Dias, «Prefácio» a *Memórias Íntimas para o Meu Filho (1898-1925)*, pp. 23-24.

³¹ Jacinto Cândido da Silva, *Op. cit.*, 1903. A Vida Nova é tema recorrente no pensamento defendido por Jacinto Cândido, desde que a ele aludiu no discurso realizado na Câmara dos Deputados em 1892: *As Medidas de Salvação Nacional, op. cit.*. Por duas vezes este tema será central nos discursos pronunciados na Câmara dos Pares: *Vida Velha e Vida Nova, Discurso proferido na sessão de 18 de Abril de 1902*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902 e no discurso supra referido de 1903.

³² O congresso reuniu militantes católicos de diversos sectores da sociedade: aristocratas (como o veterano conde de Samodães e o conde de Bertandos), militares (general Hugo de Lacerda), classes liberais (como o médico António Mendes Lages) e clérigos (como P. Roberto Maciel, o Abade de Lustosa ou o cónego António Augusto Rodrigues). A imprensa católica, a imprensa portuense e a nacional, deram um importante destaque a esta reunião. Nas sessões foram abordadas questões como o equilíbrio financeiro, a cria-

Jacinto Cândido enunciava as bases do nacionalismo, uma versão mais alargada da *Circular para a Fundação do Centro Nacional*. Nesta, renovou as críticas ao partidarismo, expôs o caciquismo vigente, assente no personalismo, bem como denunciou os ataques perpetrados contra a Igreja. Ergueu a bandeira da *Vida Nova*. No final do terceiro dia foi aprovado em Congresso o programa do Partido Nacionalista, declarando-se que este reuniria: «[...], os princípios e ideias dominantes do Nacionalismo, que caracterizam e diferenciam, e formam o seu corpo de doutrina política, de modo a ficar sistematizado, num documento único, o que tem sido exposto e publicado já, mas que anda disperso e fragmentado em folhetos e artigos de jornais, [...]».³³ Para além deste preâmbulo as conclusões continham quarenta pontos, nos quais que se definia a orientação dos nacionalistas em diversas áreas de actuação política, apresentando-se três ordens de princípios: 1. A defesa da liberdade e direitos da Igreja. 2. A aplicação dos princípios de economia cristã (com particular atenção para as questões agrícolas e industriais). 3. A defesa dos interesses superiores do país (moralização da política e do sistema político, com atenção redobrada para a questão colonial). Jacinto Cândido da Silva saiu do congresso do Porto como líder e Presidente da comissão central do Partido Nacionalista.

Os primeiros resultados eleitorais do Partido Nacionalista foram um revés para as suas expectativas, elegendo-se um único deputado (António Peixoto Correia, por Braga) nas eleições gerais de 1904. Jacinto Cândido deu-se conta da inevitabilidade que estes factos aduziam. As eleições estariam viciadas e os nacionalistas necessitavam de forte apoio local para poderem eleger os seus deputados. Nas eleições de Fevereiro de 1905 houve acordo entre nacionalistas e progressistas, elegendo-se dois deputados (cónego António Homem de Gouveia pelo Funchal e António Peixoto Correia por Braga, incluído na lista progressista). Mais uma vez o rotativismo garantia a inacessibilidade do sistema aos pequenos partidos e a frustração destes no jogo político. Em Agosto realizou-se o segundo congresso do partido em Viana do Castelo, no qual reiterou-se a doutrina nacionalista,

ção de uma nova lei eleitoral (como forma de obstar à corrupção e caciquismo), a necessidade de descentralização administrativa (com especial destaque para a situação das colónias), a criação e papel dos Círculos de Católicos Operários e ainda vincar a importância do operariado no desenvolvimento social. Cf. Marie-Christine Volovitch, «Militantisme Catholique et Crise du Monde Rural Traditionnel au Portugal, entre 1890 et 1910», *Les Campagnes portugaises de 1870 à 1930: Image et Réalité. Actes du*

sintetizada no princípio “Deus, Pátria e Liberdade”. Com a evolução da situação política no país e a formação da *concentração liberal*, deu-se a aproximação entre nacionalistas e regeneradores³⁴. Nesta conjuntura o Partido Nacionalista conseguiu a maior votação de sempre, com a eleição em 1906 de seis deputados (António Peixoto Correia; gen. Hugo de Lacerda; Manuel Pestana da Silva; José Joaquim de Moraes Miranda; José Fernando de Sousa e o cônego António Homem de Gouveia). Nesse ano João Franco foi chamado por D. Carlos I a formar governo, iniciando-se a ditadura. Na subsequente eleição, realizada em Agosto de 1906, apenas foi eleito um deputado pelo círculo do Funchal (cônego António Homem de Gouveia). Em Outubro de 1907 realizou-se na cidade de Braga um novo congresso, o qual foi marcado pela preocupação dos dirigentes em reanimar o movimento nacionalista. Nas eleições de Abril de 1908 os nacionalistas apresentaram 32 candidatos, dos quais apenas Alberto Pinheiro Torres é eleito, pelo Círculo de Braga³⁵. No mesmo ano, após o regicídio, e ainda sob influência deste acontecimento, realizou-se o congresso de Viseu, o qual registou grande afluência e permitiu sistematizar as propostas nacionalistas. Nesta reunião apelou-se à união de todos os católicos, emitindo o episcopado uma nota de louvor ao congresso tendo o rei D. Manuel II e o próprio Papa Pio X, enviado telegramas de congratulação pela sua realização. O apelo à união nacional foi apresentado como uma necessidade vital para a sobrevivência da Pátria.

No ano seguinte Jacinto Cândido publicou uma súpula do seu pensamento sobre o nacionalismo católico: *A Doutrina Nacionalista*, a qual constitui o preâmbulo de uma memória sobre as conclusões do congresso de Viseu. Na cidade do Porto, onde teve lugar o último congresso nacionalista,

Colloque Aix-en-Provence, 2-4 Décembre 1982, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, 1985 e ainda Amaro Carvalho da Silva, *op. cit.*, pp. 117-123.

³³ *Programa Nacionalista*, Tipografia Peninsular de Monteiro & Gonçalves em com.ta, Porto, 1903.

³⁴ Jacinto Cândido recordará esta aliança anos mais tarde na Câmara dos Pares: «E tive a consolação de ver que Hintze Ribeiro, afinal, se convenceu de que, fundando o partido nacionalista, prestei um bom serviço ao país e aos interesses conservadores. E desse convencimento veio a aliança eleitoral que o grande chefe regenerador não desdenhou solicitar, [...]» in *Diário da Câmara dos Pares*, sessão nº 2, 4 de Maio de 1908.

³⁵ Alberto Pinheiro Torres (1874-1962). Orador brilhante, advogado e jornalista portuense foi director de vários periódicos católicos: *O Grito do Povo*,

em 1909, Jacinto Cândido apresentou uma moção sobre a crise política e económica existente no país, advertindo para o perigo do avanço do republicanismo e incitando à união dos nacionalistas ³⁶. As conclusões deste Congresso acabaram por não ter grande repercussão na imprensa católica, ao contrário do 4º Congresso das Agremiações Católicas, realizado em Junho de 1909 e que ainda preenchia as suas páginas. Nas últimas eleições realizadas antes do advento da república, em Agosto de 1910, os nacionalistas concorreram integrados na Coligação Monárquica Eleitoral, bloco onde participaram ainda os progressistas, regeneradores-liberais (franquistas) e regeneradores-conservadores (henriquistas). Convicto que tinha ganho as eleições, Jacinto Cândido constatou que o rei tardava em formar o novo governo «[...], isolando-se da nação, que falara pelas urnas, talvez a primeira vez, com genuinidade,[...]» ³⁷, dando provas de confiança a António Teixeira de Sousa. Desiludido, Jacinto Cândido escreveu nas suas *Memórias* que ao Partido Nacionalista: «[...] o único caminho a seguir, era o de ir formar, sem mais delongas, a extrema direita do Partido Republicano» ³⁸. Ao secundarizar a questão do regime, nesse momento Jacinto Cândido sublinhava a questão central do nacionalismo católico: «Na nação, – pela nação, – e para a nação, era a sua divisa.» ³⁹.

Com o advento da república Jacinto Cândido da Silva tomou a decisão de abandonar a política: «[...] O meu espírito oscilava, pois; duvidava, mas temia pelo futuro, embora não perdesse de todo a esperança. Por mim, dei por finda a minha vida pública nesse momento [...]. Exprimi por fórmula simples a minha atitude na vida pública depois da revolução: – *não adiro, não conspiro, acato e retiro.*» ⁴⁰. A coligação desfez-se com a revolução. O Partido Nacionalista, apesar do esforço dos seus membros em manter-se unido, acabaria em breve, por se desintegrar. Após a proclamação da república, Alberto Pinheiro Torres convocou uma reunião da comissão nacional para reorganizar o partido, a qual teve lugar na cidade do

Democracia Cristã, Combate, A Liberdade, A Ordem, etc. Militou no Partido Nacionalista até à sua desintegração. Com o advento da república esteve exilado. Após o regresso a Portugal continuará a participar na vida pública, pertencendo à Liga Monárquica, e desde 1918, à Cruzada Nun'Álvres. Envolveu-se ainda na organização do Centro Católico Português.

³⁶ Cf. «Moção» in *Grito do Povo*, ano XI, nº 546, Porto, 20 de Novembro de 1909.

³⁷ «Memórias», p. 55.

Porto a 16 de Dezembro de 1910. As conclusões desta reunião esclareciam os propósitos dos nacionalistas: «que o partido se mantivesse para a realização do seu programa essencial – defesa da Religião e da Pátria, – hoje mais que nunca necessária em face da orientação actual do governo»⁴¹. Os nacionalistas elegeram a nova comissão central directora, decidindo activar a propaganda do partido e proceder à refundação de centros locais para os quais se estabeleceu um *programa mínimo* «abrangendo os direitos e liberdades essenciais da Igreja e as legítimas reivindicações operárias»⁴². Após esta reunião, desaparecem da imprensa as referências ao Partido Nacionalista, tendo os seus membros abandonado a política, ou dispersado por outros movimentos políticos, com destaque para o ingresso no movimento de restauração monárquica. Em 1911 Jacinto Cândido foi convidado pelo novo regime a exilar-se, ou ficar com residência fixa em Lisboa. Decidiu pelo exílio em França. Estabeleceu-se no sul do país entre as cidades de Pau, Lourdes e Biarritz. Passou também alguns meses do início de 1914 em Angers. Em 1915 regressa ao país, estabelecendo um movimento pendular entre Penamacor, terra de adopção e a capital, Lisboa.

Desde Penamacor assistiu à formação do Centro Católico Português e à realização de várias tentativas de restauracionismo monárquico. Negou convites para regressar à actividade política por parte de ex-correligionários monárquicos e do Centro Católico. No entanto, D. José Alves Matoso, bispo da Guarda, conseguiu demovê-lo, parcialmente, desse propósito⁴³. Desde 1918 Jacinto Cândido acompanhou de perto a evolução da vida política no país e a relação entre o Estado republicano e a Igreja católica. A instâncias de antigos correligionários, e do bispo da Guarda, publicou alguns textos sobre temas económicos e o movimento católico. Nos últimos

³⁸ Id., *ibidem*. Os resultados desta última eleição não chegaram a ser divulgados, ignorando-se a eficácia do resultado da Coligação Monárquica Eleitoral. Vide Amaro Carvalho da Silva, *Op. cit.*, p. 111.

³⁹ Id., *ibidem*.

⁴⁰ «Memórias», p. 54.

⁴¹ *O Grito do Povo*, ano XII, nº 602, 17 de Dezembro de 1910. Esta reunião contou com a presença de representantes dos centros distritais e concelhios. A assembleia reuniu-se na sede do centro eleitoral nacionalista do Porto, sendo a comissão coordenadora dos trabalhos composta por Alberto Pinheiro Torres, Domingos Pinto Coelho (Centro Nacionalista de Lisboa) e monsenhor Joaquim Domingos Mariz (Centro Nacionalista de Braga).

anos de vida prestou particular atenção às questões agrícolas e do sindicalismo de matriz católica, tornando-se Presidente do Sindicato Agrícola de Penamacor. Neste período aproveitou ainda para publicar algumas reflexões sobre economia a partir de uma perspectiva católica. Em 1925 encontrava-se já gravemente doente, acabando por falecer na sua casa de Lisboa, em 26 de Fevereiro de 1926.

As Memórias do Conselheiro Jacinto Cândido da Silva

Para compreendermos o percurso e a vida de Jacinto Cândido é fundamental a leitura das duas obras autobiográficas, – *Memórias Íntimas para o meu Filho* e *Autobiografia*. Em ambas o autor mantém um tom intimista e a preocupação de biografar os seus actos para a posteridade. A *Autobiografia*⁴⁴ é um pequeno manuscrito em que Jacinto Cândido descreve as relações familiares, a vida em Angra do Heroísmo, a partida para Coimbra e a entrada, anos depois, na política. Proporciona-nos uma visão do grupo de jovens regeneradores que reunidos à volta de Lopo Vaz, ambicionavam um lugar na política, e aspiravam à conquista do poder. Jacinto Cândido conclui este manuscrito com uma referência à conjuntura política de 1901, ano da formação do Centro Nacional, e no qual foi eleito par do reino. O texto, redigido provavelmente em 1912 ou 1913, constitui como que uma introdução para as *Memórias Íntimas para o Meu Filho (1898-1925)*. Nessas *Memórias*, repositório de lembranças afectivas e políticas dispersas no tempo, a falta de regularidade nos testemunhos é equilibrada pelo tom de confiança, e pelo relato de episódios políticos relacionados com a história do país durante as três primeiras décadas do século XX⁴⁵. A obra está dividida em 87 capítulos e um preâmbulo. Escritas entre 1898

⁴² Id., *ibidem*.

⁴³ D. José Alves Matoso foi nomeado bispo da Guarda pelo Papa Bento XV a 2 de Outubro de 1914. Nas *Memórias* Jacinto Cândido apresenta-o como um dinâmico membro do Centro Católico Português, que o convidou a integrar este projecto, incentivando-o a escrever sobre a organização do movimento católico.

⁴⁴ Este texto assume a forma de um manuscrito sem título, publicado por José Lopes Dias na revista *Estudos de Castelo Branco*, sendo antecedido de um pequeno prefácio do editor, com algumas impressões sobre a sua convivência com Jacinto Cândido. No final deste prefácio José Lopes Dias apresenta um conjunto de fotografias retratando Jacinto Cândido, os seus pais e esposa.

⁴⁵ O carácter íntimo de que se revestem estas memórias espelha-se nos conselhos

e 1925, a maior parte das entradas situa-se entre 1912 e 1924, as quais foram redigidas em vários locais, no exílio, em Espanha e França: Pau, Biarritz, Lourdes, Angers (até 1914); em Penamacor, e ainda em Lisboa, a partir de 1915.

Estas obras apresentam múltiplas e interessantes questões sobre o nacionalismo católico evocando o papel desempenhado por Jacinto Cândido enquanto mentor dos Centros Nacionais (em 1901), e líder do Partido Nacionalista desde 1903. Qual será o lugar ocupado pelo nacionalismo católico no processo de recomposição religiosa, e sócio-política, causado pelas transformações ocorridas nas duas décadas que medeiam entre 1890 e 1910? Até que ponto o percurso de um dos seus líderes, poderá fornecer elementos para clarificar as motivações e práticas da política nacionalista? Através das *Memórias*, Jacinto Cândido deixa-nos pistas para entendermos as principais ideias do seu pensamento político, as quais desenvolveu na obra *A Doutrina Nacionalista*⁴⁶, em inúmeros artigos na imprensa católica, e nas refregas que sustentou na Câmara dos Deputados (1887-1900), e na Câmara dos Pares (1901-1910). Ao tom confessional que as presentes obras têm junta-se a impressão de que ao contrário do impersonalismo por ele defendido, no Partido Nacionalista a ideologia do nacionalismo católico e o seu líder, estão intimamente ligados. Facto que os seus contemporâneos: apoiantes, detractores e biógrafos relevam, em vários momentos⁴⁷.

Entre os temas dominantes nestes apontamentos, reflexo do pensamento de Jacinto Cândido, destacam-se dois, transversais a todos os outros assuntos abordados nas *Memórias*. O primeiro versa os assuntos de

que amiúde o conselheiro presta ao seu filho, sendo também sentida a sua preocupação em deixar claro as suas ideias e em elucidar o jovem Jacinto sobre factos e pessoas. O carácter narrativo, por vezes afectivo do discurso, cede várias vezes lugar a invectivas à situação política nacional. Porém, são escassas as referências, “a quente”, sobre o período da constituição e vida do *Partido Nacionalista*, resumindo-se a quatro entradas escritas entre 1898 e 1901. Há um período de intervalo de 14 anos entre essas notas e o retomar do projecto das *Memórias*, reiniciado em 6 de Fevereiro de 1915, escrito no seu exílio voluntário em Penamacor.

⁴⁶ Jacinto Cândido da Silva, *Op. cit.*, 1909. Esta obra apareceu no seguimento do Congresso do Partido Nacionalista em Viseu (29.9 a 1.10.1908), a qual reproduz o pensamento de Jacinto Cândido sobre o nacionalismo católico. Sendo originalmente um preâmbulo às memórias do congresso, acabou por se tornar uma das obras de referência sobre o nacionalismo, na qual Jacinto Cândido integrou ainda apontamentos de anteriores congressos e conferências.

⁴⁷ José Lopes Dias, a quem devemos a publicação das suas obras autobiográficas,

carácter moral / religioso, reflexo da mundividência católica de Jacinto Cândido, da importância da questão religiosa, e das suas implicações na forma como entendia a participação na causa pública. O segundo tema aborda os assuntos de carácter político, os quais gravitam em torno de três questões principais: formação e papel desempenhado pelo nacionalismo católico no projecto de regeneração nacional, protagonizado pelo Centro Nacional e posteriormente pelo Partido Nacionalista; a repercussão do advento da República no país e a restauração monárquica. Por último, uma questão que prende a atenção de Jacinto Cândido desde meados da segunda década do séc. XX: o emergir do Centro Católico Português, a sua relação com o movimento monárquico e a estratégia de defesa do catolicismo por eles esboçada, durante a I República.

Alguns destes temas aparecem inicialmente na “Circular para a Fundação do Centro Nacional” (16.7.1901)⁴⁸, esboço do pensamento político de Jacinto Cândido e base do futuro programa do Partido Nacionalista. Neste documento, pela primeira vez, «A palavra nacionalismo entrava no vocabulário político [...]», como afirma José Lopes Dias na introdução às *Memórias*⁴⁹, sintetizando-o Jacinto Cândido como a necessidade de «[...] purificar, retemperar, fortalecer, a vida nacional; à luz, e sob influxo dos princípios cristãos, bem da nossa civilização»⁵⁰. O binómio Religião e Pátria torna-se lema nacionalista, assente nas bases programáticas do Centro Nacional e do Partido Nacionalista. O mesmo tema torna-se presença constante nas *Memórias*⁵¹. Nesta obra, Jacinto Cândido abordará por várias vezes a questão religiosa, a qual suscitou na sociedade portuguesa uma ampla fractura política, dicotomizada ideologicamente em termos de direita e esquerda. No entanto, acreditamos que para o autor foi mais importante vincular esta questão com a sua mundividência católica, «teologicamente articulada em torno da condição humana»⁵². Deste sentimento, e convicção, retirará a legitimidade das ideias que apresentou como nacionalista, como o afirmou por várias vezes: «Não há progresso sem

não se cansa de referir o papel desempenhado por Jacinto Cândido enquanto fundador do partido e líder do nacionalismo católico. Cf. com as opiniões contemporâneas de Joaquim Leitão, *A Comédia Política*, Lisboa, 1910, e principalmente de Manuel Abúndio da Silva nas obras *Questões Actuais*, Porto, 1910; *A Igreja e a Política*, Porto, 1911 e *Cartas a um Abade*, Braga, 1913.

⁴⁸ *O Grito do Povo*, ano III, nº 112, 27 de Julho de 1901.

⁴⁹ José Lopes Dias, *Op. cit.*, 1963, p. 17 e Vítor Neto, *Op. cit.*, 2001, p. 395.

⁵⁰ «*Memórias*», cap. XIX, p. 115.

⁵¹ «*Memórias*», caps. XV, XVIII, XIX e nos caps. XXII, pp. 123-124 e LXXIII,

ordem, não há ordem sem moral; não há moral sem religião; – logo, não há progresso sem religião», ou precisando o significado desta equação: «A civilização é a soma das conquistas feitas pelo progresso, e é caracterizada pela religião, em que se baseia.»⁵³. Jacinto Cândido acredita que a religião católica é a base da sua civilização, de igual modo acredita que a Igreja Católica é a sua guardiã, tendo como função a representação e ensino do catolicismo⁵⁴. Neste sentido, o problema moral coloca-se como a principal questão política: «No governo dos estados a base moral é o primeiro fundamento, que há a ter em vista, a ponderar, e a cuidar, com o maior extremo.»⁵⁵. Assim, elencará os vícios e erros da *Vida Velha*, aquela que não está de acordo com a moral propagandeada pelo nacionalismo desde o período dos Centros Nacionais. No catálogo dos *erros* estabelece uma dicotomia entre os que derivam do sistema: partidarismo, personalismo, oligarquia e centralismo; e outros, que são imputados à sociedade: a indiferença, a abstenção, o cepticismo e a incompreensão do dever cívico⁵⁶. Com base neste diagnóstico propôs, em vários momentos, a entrada do país na *Vida Nova*, ideia aludida pela primeira vez no discurso que realizou na Câmara dos Deputados, a 13 de Janeiro de 1892, influenciado pelas ideias de Oliveira Martins, a quem admira⁵⁷.

p. 317.

⁵² Enunciado formulado por António Matos Ferreira sobre a recomposição do catolicismo português no final do século XIX, António Matos Ferreira, «I República. Catolicismo e Direitas Políticas (Parte I)» in *História*, ano XXVI (III série), nº 67, Junho de 2004, p. 29.

⁵³ «Memórias», cap. LXXIII, 1919, p. 317.

⁵⁴ Jacinto Cândido da Silva, *Discussão de resposta ao discurso da Coroa, discurso do Digno Par Jacinto Cândido, nas sessões de 29 e 31 de Janeiro de 1902*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902, p. 15.

⁵⁵ «Memórias», cap. XXI, p. 120.

⁵⁶ «Memórias», entre outros os caps. III, 1912, p. 54 e XXI, 1913, p. 121. O catálogo dos *erros* será aprofundado na obra *Doutrina Nacionalista*, pp. 27-34.

⁵⁷ Este tema será retomado em outros momentos da sua vida pública, como no discurso proferido na Câmara dos Pares a 18 de Abril de 1902. *Vida Velha e Vida Nova, Discurso proferido na sessão de 18 de Abril de 1902*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902. Curiosamente as recordações desta *vida nova* desvanecem-se com o tempo pouco restando delas nas suas *Memórias*, cujo espaço é largamente ocupado

A participação na causa pública

Jacinto Cândido justificará a participação pública dos católicos pela defesa dos valores morais, na esteira de um neotomismo vigente, assente nos princípios da religião católica. Entre estes valores destacará o conceito de Ordem, entendido como o conjunto de imperativos morais e legais que garantem o funcionamento do sistema político, e a estabilidade das instituições, assentes na lei. Assim, Jacinto Cândido sublinhará por várias vezes, nos discursos pronunciados no parlamento, a importância do primado da lei, dentro de um quadro de organização dos poderes do Estado em que a primazia é atribuída ao poder legislativo, chegando a declarar-se um “legalista apaixonado”⁵⁸. Em nome do nacionalismo católico assume-se como advogado da Ordem e conservador das leis: «[...] o verdadeiro defensor da ordem, que eles [maçons-jacobinos] queriam destruir, e o único adversário, que não podiam corromper, nem dobrar ou submeter.»⁵⁹. A sustentação da ordem social aparece no pensamento de Jacinto Cândido como sinónimo de defesa da civilização cristã, imperativo de natureza moral em que assentava. Na gramática nacionalista, de Jacinto Cândido, associado ao conceito de Ordem gravita outro, o de Progresso. Caracterizado pela aplicação positiva da Ordem traduz a forma como os nacionalistas lidam, e entendem, a questão social⁶⁰. Jacinto Cândido ao reflectir sobre a harmonia existente entre a liberdade individual e o bem estar colectivo traça da seguinte forma os limites da Liberdade: «Na vida social, colectiva, a liberdade tem a sua limitação nas leis, feitas para estabelecer a harmonia e o equilíbrio, que dão como resultante, a ordem, isto é a ausência de conflitos e de colisões entre as actividades individuais, componentes da colectividade, marcando o limite da acção justa e legítima, de cada qual.»⁶¹. Para Jacinto Cândido o Progresso torna-se o meio de alcançar a harmonia social. O modo de o concretizar é através da Ordem, a qual é garante de estabilidade social e da liberdade⁶². Acredita Jacinto Cândido que o Progresso é fruto de uma evolução, dando como exemplo a formação do nacionalismo católico: «O Nacionalismo constituiu um corpo filosófico-político de doutrina social governativa, e teve,

pela temática do nacionalismo católico. Contudo, após a morte de D. Carlos voltará ao tema: «[...] era bom que neste momento, em que nos encontramos em vida nova, ou em que se diz que pretendemos entrar em vida nova, prestássemos a devida atenção aos projectos da iniciativa dos corpos legislativos.» *Diário da Câmara dos Pares*, sessão n.º 9 de 25 de Maio de 1908.

⁵⁸ Jacinto Cândido da Silva, *Resposta a El-Rei, discurso nas sessões de 23, 27 e 28 de Novembro de 1906*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, especialmente pp. 23-24.

como seu órgão, primitivamente, um Centro Nacional, destinado à defesa das verdades católicas, como base da civilização. Depois, evolucionou, e constituiu-se em partido político.»⁶³.

O nacionalismo católico como projecto de regeneração nacional

O segundo pólo do binómio Religião e Pátria daria o nome ao movimento social de 1901 e ao partido político de 1903. Jacinto Cândido associa o nacionalismo à história do país: «tiraram o seu nome do espírito nacional»⁶⁴, representação identitária por várias vezes repetida, imaginário de uma comunidade fruto da história e do catolicismo. Desde os discursos de 1892, na Câmara dos Deputados até aos textos publicados em prol do nacionalismo católico presentes nestas *Memórias*, a resposta para a crise política, social e económica surgida no contexto do Ultimatum Inglês está associada à ideia de nação, de regeneração nacional⁶⁵. O programa de regeneração nacional passaria pela transformação social, assente em temas prioritários como a questão religiosa, a questão social e o combate à *Vida Velha*. Neste sentido, Jacinto Cândido formula uma ideia da nação assente numa concepção moral e histórica de Portugal, reclamando a sua herança: «Passou, pois, o dia 1 de Dezembro, e só agora me lembrou o facto histórico que nele se comemorava, o grande facto que nos redimiou do cativo, e nos restituiu à liberdade, e à vida, como nação autónoma. [...] As datas históricas que representam os nossos grandes feitos do passado devem andar sempre bem vivas no nosso espírito e nos nossos corações de patriotas»⁶⁶. Aludindo ainda às leis históricas formuladas por Emile Faguet lembrar-se-á: «[...] que todas as instituições humanas precisam, de tempos em tempos, de se retemperar nas suas fontes originais, nos seus princípios basilares, purificando-se, depurando-se dos erros e dos vícios, que a degenerescência lhes tem introduzido»⁶⁷. A história nacional assume-se assim como um espaço predilecto para observar e conhecer a evolução da civilização cristã, fruto do progresso. Isto é, a forma adequada para Jacinto Cândido de preservar a civilização face á revolução, paradigma de

⁵⁹ «Memórias», cap. XIX, 1913, p. 114.

⁶⁰ Jacinto Cândido da Silva, *Op. cit.*, 1907, especialmente p.15 e segs.

⁶¹ *Idem*, pp. 26-27.

⁶² *As medidas de salvação pública, nas sessões da Câmara dos Deputados de 13 e 17 de Janeiro de 1892*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

⁶³ *Ibidem*.

mudança social associada aos republicanos, aos socialistas e à maçonaria. Esta linha de pensamento sobre o nacionalismo católico apresenta influências do cientismo e positivismo ⁶⁸, aparecendo estas em todo o esplendor no tema do devir histórico, no qual a religião desempenha um importante papel legitimador da identidade nacional. Assim, extraí daí leis, como por exemplo: «[...] e como manifestação da lei suprema da defesa da vida, surgem as organizações defensivas da ordem estabelecida, e da sua base religiosa, – o Catolicismo» ⁶⁹. Para Jacinto Cândido a ideia de nação corresponde a um preciso estado de evolução da civilização. Numa entrevista concedida poucos meses antes do advento da república a Joaquim Leitão, do periódico *O Porto*, caracterizava o momento presente deste modo: «[...] o que se está passando na política portuguesa, não é um caso esporádico, mas, sim, uma lei evolutiva: instabilidade, desagregação, cisões, cismas, dissidências, tudo isto é inevitável e tudo isso se observa na política estrangeira, [...]» ⁷⁰.

Como pensava então Jacinto Cândido o nacionalismo católico? Alguns anos após o advento da república caracterizava-o em sete pontos: 1. adversário do personalismo; 2. adversário do espírito de facção; 3. patriotismo intemerato; 4. crítico dos vícios e erros do tempo corrente; 5. reformador audaz; 6. evangelizador destemido; 7. defensor do catolicismo ⁷¹. Ao definir a dinâmica do nacionalismo: a “imposição da verdade no poder”, Jacinto Cândido relaciona-o com o outro pólo do binómio: «O nacionalismo não se propôs nunca à conquista do poder, e pelo poder mostrou sempre, quanto à sua posse e gozo, a mais absoluta indiferença, e o mais completo desinteresse; mas pretendia influir nele, com eficácia, para o triunfo da Verdade, e, conseqüentemente, do Bem.» ⁷². Esta ligação umbilical entre religião e política será glosada em inúmeras ocasiões, encontrando-se também inscrita no Programa Nacionalista (artigos 7º e 8º), relacionando-o com as questões religiosa e social. Curiosamente, esta preocupação não aparece nas primeiras intervenções políticas de Jacinto Cândido, realizadas anos antes na Câmara dos Deputados. Nos discursos de então flagelava os governos progressistas, abordava a questão social e a necessidade de uma reforma da política, clamando pela *Vida Nova*. Mas,

⁶⁴ «Memórias», cap. XIX, 1913, p. 113.

⁶⁵ Cf. António Matos Ferreira, *Op. cit.*, 1994 e Ernesto Castro Leal, *Nação e nacionalismo*, Lisboa, Cosmos, 1999, pág. 33 e segs.

⁶⁶ «Memórias», cap. XXV, 1913, p. 134.

⁶⁷ «Memórias», cap. XIX, 1913, p. 115.

⁶⁸ Cf. Vítor Neto, *Op. cit.*, 2001, p. 404.

ainda não se vislumbrava a formulação das ideias nacionalistas, pelo menos até 1902, quando por ocasião de um discurso realizado na Câmara dos Pares sobre a política de impostos e fiscalidade do Estado relacionava *Vida Nova* e nacionalismo. Provavelmente a melhor forma de perspectivar o pensamento de Jacinto Cândido sobre o nacionalismo católico será o de conhecer a forma como avaliou as transformações ocorridas neste movimento entre 1901 e 1903: «[...], no Centro Nacional, tinham ingresso, sem compromissos de ordem política partidária, todos os que se propunham defender a ordem religiosa cristã, com base da civilização. Depois, uma evolução natural levou à convicção da inconsistência, e da ineficácia consequente desta forma orgânica. A férrea disciplina partidária, dominando as melhores vontades no momento próprio, chamava ao combate dos partidos, os elementos agremiados, e o Centro Nacional ficava desamparado nas forças, com que contava. [...] Compreendeu-se que o Centro devia ter representantes seus no parlamento, e que as forças eleitorais não se coordenam, nem podem ser eficazes na luta, sem o exclusivismo da bandeira política, que caracteriza os partidos. [...] e de Centro Nacional, órgão não partidário, aberto a todos os partidos políticos, passou a Partido Nacionalista, órgão partidário, com um programa completo de governo e de administração»⁷³. Esta visão perdurou oito anos, desde o programa político estabelecido no congresso nacionalista do Porto de 1903 até à desintegração do partido.

Jacinto Cândido defenderá como forma de actuação política um reformismo assente na lei e na ordem: «A revolução há-de fazer-se; ou seja bem ordenada e dirigida, de cima para baixo, do governo para o povo, e então raiará a vida nova e entraremos num período de felicidade e de paz; ou seja, quando o governo não possa, não queira ou não saiba fazê-lo, de baixo para cima, da periferia para o centro em ondas alterosas de anarquia que subverterão tudo e todos»⁷⁴. Os meios privilegiados para proceder a esta reforma seriam a realização de uma campanha «Pró Pátria», dinamizando a imprensa católica, realizando conferências, promovendo o trabalho associativo e debatendo-se no parlamento as questões prioritárias do programa nacionalista. Contudo, a forma de intervenção política adoptada pelos nacionalistas nem sempre foi pacífica, tendo dois momentos distintos, balizados pela estrutura adoptada pelo movimento: o centro e o partido.

⁶⁹ «Memórias», cap. XL, 1916, p. 186 e ainda *Memórias*, cap. XIX, 1913, especialmente pp. 114-115.

Para o multifacetado meio católico da época a transformação do nacionalismo católico em partido provocou uma fractura que o tempo se encarregou de alargar. Para Jacinto Cândido o ideário católico de centro, forma de organização adoptada pelos católicos no seguimento da política leonina do *ralliement*, e meio privilegiado da nascente democracia cristã, não se coadunava, em 1901, com a sua leitura do momento político. Para ele tornava-se premente uma actuação política eficaz em oposição aos *erros e vícios* da *Vida Velha* e contra a ameaça do projecto laicizador protagonizado pelos revolucionários *maçons* e *jacobinos*. Desta forma, a tensão introduzida no binómio nacionalista de Religião e Pátria foi superada no seu pensamento através da ruptura com o ideário de centro, substituído desde 1902 por um paradigma abrangente de nacionalismo católico, colocando-o exclusivamente na arena política. Neste espaço a ideia de nação ganha protagonismo, devido à necessidade de um modelo que permita responder à questão da regeneração nacional ⁷⁵. Enquanto movimento político o nacionalismo católico situar-se-á na ala conservadora do parlamento. A sua atitude passará a ser de reacção face à *Vida Velha*, de respeito, conservador e ordeiro face ao regime, e de combate, frente à revolução ⁷⁶. Neste sentido, Jacinto Cândido opera um afastamento estratégico perante o Estado, face à posição adoptada pela Igreja católica e por vários movimentos do catolicismo social ⁷⁷. Anos mais tarde, numa reflexão sobre a transformação do Centro Nacional em partido, Jacinto Cândido apontou o modo como os nacionalistas actuaram perante a situação política. Curiosamente, nas suas *Memórias* estão ausentes os factos associados à polémica aberta, em 1902, com Quirino de Jesus sobre a forma como deveriam os católicos pautar a sua intervenção pública. Esta controvérsia teria como consequência o abandono do Centro Nacional por Quirino Jesus e o seu afastamento do *Correio Nacional*, órgão oficial do nacionalismo católico. Este jornalista acabaria por fundar um novo periódico, *Voz da Pátria*, onde refutaria as acusações que lhe dirigiram os nacionalistas, apresentando a sua visão sobre o projecto do Centro Nacional ⁷⁸. Novas clivagens manifestar-se-iam na acção

⁷⁰ Joaquim Leitão, *Op. cit.*, p. 72.

⁷¹ «Memórias», cap. XIX, 1913, p. 113.

⁷² «Memórias», cap. XXI, 1913, p. 120.

⁷³ «Memórias», cap. XL, 1916, p. 187.

⁷⁴ Jacinto Cândido da Silva, *Op. cit.*, 1892.

⁷⁵ Jacinto Cândido da Silva, *Discussão de resposta ao discurso da Coroa, discurso do Digno Par Jacinto Cândido, nas sessões de 29 e 31 de Janeiro de 1902*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.

⁷⁶ Jacinto Cândido da Silva, *Op. cit.*, 1907, p. 24 e segs; *Op. cit.*, 1909, p. 20;

e pensamento dos católicos portugueses. Alguns anos mais tarde, em 1909, surgiu na imprensa católica uma nova polémica, a qual tinha como questão central a liberdade de participação política dos católicos e o modo como estes exerciam o seu voto. Estava em causa o voto obrigatório no Partido Nacionalista ou o exercício livre desse direito. Esta polémica foi suscitada pelos franciscanos de Montariol, através da sua revista *Voz de Santo António* à qual respondeu o *Novo Mensageiro do Sagrado Coração de Jesus*, revista do Apostolado da Oração, órgão da Companhia de Jesus. A questão arrastou-se nos jornais entre 1909 e 1910, colocando em confronto duas visões sobre a prática católica, valorizando os franciscanos de Montariol a condição católica e a pluralidade de opções no terreno político, por oposição aos jesuítas, que defendiam a obrigatoriedade da disciplina de voto na organização mais próxima, e fiel, à doutrina da Igreja – o nacionalismo católico. Estes acreditariam ainda que o comportamento preconizado pelos franciscanos de Montariol colocaria em causa a defesa dos interesses da Igreja Católica e a base social de apoio, e de afirmação, do Partido Nacionalista.

Esta questão revelou o mal estar existente no seio da Igreja Católica portuguesa, reflectindo uma fractura interna entre a democracia cristã, mais próxima do assistencialismo, e que valorizava a acção social; e o nacionalismo católico, movimento que integrava laicos e clérigos apostados no fortalecimento da participação política dos católicos com o intuito de defender uma mundividência católica na sociedade da época. Reabria assim a velha divisão existente entre católicos legitimistas e constitucionistas, os quais tinham encontrado um espaço de convergência, e de debate, no movimento social estimulado pelo Vaticano na década de noventa do séc. XIX e corporizado no projecto do Centro Católico Parlamentar, e posteriormente, no nacionalismo católico. Operava-se assim uma cisão progressiva entre democratas-cristãos e nacionalistas católicos. Dentro do movimento católico elevavam-se as vozes críticas ao Partido Nacionalista. Entre estas, uma das mais notórias era a de Manuel Abúndio da Silva, principalmente a partir da questão da *Voz de Santo António*. Em consequência deste debate, mantido nos últimos anos da monarquia entre nacionalistas e democratas-cristãos, o ânimo de muitos militantes esmoreceu, facto anotado pelo Pe. Martins Capela no seu diário ⁷⁹.

e *Memórias*, cap. XIX, 1913, pp. 111-115.

O advento da república

Nos últimos anos da monarquia Jacinto Cândido desenvolve uma imagem pessimista sobre as possibilidades do sistema político vigente, acerca da probabilidade dos nacionalistas serem chamados ao governo e sobre o papel desempenhado pelo rei D. Manuel II na condução da política nacional: «Nunca, em nenhum governo do Rei, entrou um só elemento nacionalista, nem pôde nunca ter o Partido Nacionalista a menor influência na orientação desses governos, incapazes, todos, de se desempenhar da missão, que as circunstâncias impunham, já por defeito da sua constituição, já porque, diziam os ministros, nem o Rei, nem a Rainha, deixavam empregar os meios enérgicos, ainda mesmos os estritamente legais, para a defesa das instituições, com medo dos liberais e jacobinos.»⁸⁰ Ao recordar prospectivamente o panorama político da época, enuncia as forças políticas em disputa: *rotativos*; *jacobinos* e *maçons* e os *nacionalistas*. Aí desenrola o catálogo dos *vícios* dos rotativos e anatemiza o furor revolucionário, destrutivo e anticlerical de *jacobinos* e *maçons*.⁸¹ O autor lembra que a revolução: «[...] no seu sentido mais alto, como a corrente de ideias, que pretende a transformação, no momento actual, do modo de ser da vida social e do estado de civilização, presentes, tais quais se acham constituídos, é caracterizado pelo espírito anti-religioso.», identificando o seu objectivo: «Os ataques da revolução dirigem-se sobretudo, com uma violência, fundamente vincada na sua acção combativa, contra a religião em geral, e em especial contra a religião católica, na sua forte organização, – a Igreja.»⁸² Com o advento da república Jacinto Cândido remete-se ao silêncio e renuncia á vida pública. Acreditará nos primeiros tempos da revolução na possibilidade do nacionalismo católico sobreviver, mantendo-se como partido, situado na extrema direita do regime republicano⁸³. Contudo, após a segunda incursão de Paiva Couceiro, e durante os meses seguintes, lamentará o «estado de guerra civil» em que o país caiu, afirmando que os republicanos reeditaram os erros protagonizados pelos partidos rotativos⁸⁴. No entanto, em reflexões datadas de 1913 testemunha ao filho «Como tu terás visto, a famosa república, o tão famoso regime da liberdade, igualdade e da fraternidade não é mais que a expressão caracterizada da tirania exercida por

⁷⁷ António Matos Ferreira, *Op. cit.*, 2004.

⁷⁸ *Voz da Pátria*, Lisboa, ano 1, n.º 1, 8.12.1902. Quirino Avelino de Jesus retomará este assunto alguns anos mais tarde, «O Centro católico e a *Época*. Um trecho de história político-religiosa contemporânea» in *Seara Nova*, n.º 59, 7 de Novembro de 1925.

meio de uma terrível oligarquia.»⁸⁵. Advogará então a restauração monárquica manifestando preocupação pela perda dos valores nacionais, da elisão da memória: «[...]», é tentar sacudir do seu trágico torpor essa grande raça, e não pactuar, pelo seu silêncio e abstenção, com os elementos de monta, que ameaçam, do torpor conduzi-la à ignomínia da anulação histórica.»⁸⁶. Em 1916 dá-se uma nova transformação na sua leitura da situação política distinguindo o valor e alcance dos projectos restauracionistas: monárquico e católico. Deixa de apoiar o rei, criticando as suas indecisões e a atitude do movimento monárquico. Neste momento as preocupações de Jacinto Cândido para com a república colocam-se essencialmente em termos de restauração cristã, relegando para segundo plano a questão do regime e focalizando a preocupação na defesa dos valores do nacionalismo católico, que identifica com o Centro Católico Português e a Igreja: «Os ataques da revolução dirigem-se, sobretudo, com uma violência, fundamente vincada na sua acção combativa, contra a religião em geral, e em especial contra a religião católica, na sua forte organização, – a Igreja»⁸⁷. As críticas ao movimento monárquico levam-no a distanciar-se cada vez mais do projecto de restauração monárquica. Admirará Sidónio Pais e o papel que este poderia desempenhar na transformação da sociedade portuguesa, reflexões que expressa numa carta dirigida a Espírito Santo Lima sobre o movimento monárquico: «Tudo isto é antes uma cooperativa (honrosas e raras excepções à parte) de interesses, de ambições, e de vaidades, para quem a restauração monárquica é antes um meio de restauração pessoal, do que um fim. O país almeja pela restauração nacional, que, talvez, hoje, seja mais viável com o Sidónio, do que sob um regime desacreditado, mais pelos homens, que o servem, e processos, que empregam, do que pelo passado»⁸⁸. Ao mesmo tempo continuará, relevando a questão nacional: «Mais altos estão os superiores interesses da nação, – muito mais, – do que as conveniências de facção. A restauração, que se impõe aos homens são, não é a monarquia, – é a nacional». Como resultado das movimentações monárquicas do início de 1919, e da proclamação da Junta Governativa do Reino, por Paiva Couceiro, Jacinto Cândido afastar-se-à definitivamente do ideal monárquico.

⁷⁹ Amaro Carvalho da Silva, *Op. cit.*, pp. 123-172.

⁸⁰ «Memórias», cap. XXXI, p. 152.

⁸¹ «Memórias», cap. XIX, 1913, pp. 112-113.

⁸² «Memórias», cap. XL, 1916, p. 186.

⁸³ «Memórias», cap. II, 1912, p. 56.

⁸⁴ «Memórias», cap. IV, 1912, p. 66.

⁸⁵ «Memórias», cap. XXVII, 1913, p. 136.

Essa era uma questão que já não mobilizava o antigo deputado regenerador, par do reino e líder nacionalista. «[...] constituído, ao que parece, de molde a comprometer a Causa, que dizia defender, e em que o torvo e cego facciosismo arrastou essa gente para um procedimento, que, sob todos os pontos de vista, até da própria causa monárquica mas principalmente da Causa da Pátria, que muito acima está, não tem sombra de defesa, e em que sobram motivos de condenação.»⁸⁹ As *Memórias* de Jacinto Cândido registam então vários ataques ao movimento monárquico, descrevendo no que este se transformou: «Falta de patriotismo, excessos de personalismo e partidarismo, ignorância supina das condições do país, completa imbecilidade, carência de golpe de vista político, tudo isto, além da mais repugnante incoerência e flagrante contradição entre declarações, formais e categóricas, e factos que as invalidam por completo, aí tem a génese deste movimento, que me deixou transido de surpresa e de receio pelo futuro deste pobre país, que não sei como há-de resistir a mais esta calamidade da guerra civil em que o lançou este malfadado partido monárquico, que bem melhor fora nunca tivesse sido organizado»⁹⁰.

O Centro Católico Português

A primeira alusão nas *Memórias* ao projecto do Centro Católico data de Fevereiro de 1916, referindo-se a sua organização e filiando-o no nacionalismo católico: «O nacionalismo, ontem, constituindo um partido político, com um programa completo de governo e administração, – o Centro Católico, hoje, em organização, são órgãos dessa defesa religiosa, contra o ataque personalista e partidarista. [...] Hoje, depois da revolução triunfante e dominadora, o Centro Católico propõe-se a organização da defesa católica contra a tirânica opressão governativa»⁹¹. Jacinto Cândido considerava a incipiente organização do Centro Católico como uma resposta aos ataques perpetrados pela república à Igreja Católica, representando «a primeira etapa da evolução nacionalista». No entanto, criticará a passividade do Centro por não recorrer aos meios utilizados pela república, assumindo um papel mais interventivo: «[...] devem os conservadores, em múltiplas organizações correspondentes, do mesmo modo [que as forças republicanas], opor meios idênticos e processos similares de combate, embora com

⁸⁶ «Memórias», cap. XXVII, 1913, p. 141.

⁸⁷ «Memórias», cap. XL, 1916, p. 186.

⁸⁸ Carta de Maio de 1918. *Memórias*, cap. LXII, 1918, p. 273. Sobre o sido-

os limites da ordem moral, que na revolução não existem, e em que todos os meios servem. Os católicos têm a sua acção combativa limitada ao campo legal e moral. Os revolucionários, não»⁹². Por várias vezes Jacinto Cândido dedicou-se a traçar um quadro comparativo entre o nacionalismo católico e esta nova experiência política. Inicialmente identificou o Centro Católico com a fase dos Centros Nacionais, exortando-o a uma acção política: «O Centro Católico é uma organização católica no campo dos princípios religiosos somente, fugindo do terreno político, e não fazendo desistência da cor político-partidaria, dos que nele se inscrevem, podendo cada qual ter o seu partido, devendo, apenas, como membro do Centro, consagrar-se à defesa dos princípios católicos»⁹³, e contestando a sua opção: «Contraproducentemente ao seu objectivo, o Centro Católico, nesta sua abstenção, inutiliza, ou, pelo menos, prejudica enormemente, a defesa religiosa e social. [...] Daqui ainda, resulta, a lógica conclusão de que o campo de acção política não pode ser abandonado, antes tem que ser ocupado, porquanto um corpo doutrinal de governação pública, outra coisa não é mais do que um programa de política, o único sólido e legítimo vínculo, que pode agremiar homens na constituição de um partido político»⁹⁴. Desde 1918 Jacinto Cândido passará a ter uma atitude socialmente mais interventiva, mercê das movimentações de monárquicos e de católicos. Em Março desse ano é convidado por Aires Ornelas a participar numa reunião de monárquicos, na sede das Juventudes Monárquicas, respondendo-lhe que «[...] sem prejuízo dos princípios monárquicos, que professo, [...] e quando em consciência julgar útil à causa da nação a ela voltar, pela minha tradição de antigo nacionalista e pelas minhas crenças religiosas, ao Centro Católico darei, publica e abertamente, o meu fraco concurso»⁹⁵. Este apoio ao Centro Católico foi por ele sublinhado em outros momentos, como por exemplo, quando o conde de Bertandos, “ex-correligionário” nacionalista, lhe pede para apoiar o candidato monárquico nas eleições de 1918. Este recusa-o, dando o seu apoio ao candidato do Centro Católico, Diogo Pacheco de Amorim, aproveitando o momento para tecer algumas considerações sobre os projectos monárquico e católico: «Cada vez me convenço mais que os católicos precisam de emancipar-se da entente com os monárquicos, e de abandonar a forma de Centro para adoptar a de

nismo revelará Jacinto Cândido nesta carta: «[...] no meu escuro pessimismo um raio de luz me veio animar: – é esta tentativa do Sidónio, em que vejo, com prazer, V. incorporar-se desassombradamente.», *Op. cit.*, p. 274.

⁸⁹ *Memórias*, cap. LXVI, 1919, p. 289.

partido político, sem o que continuarão a ser, como agora o foram, vítimas da sofreguidão dos monárquicos. [...] O meu juízo sobre os monárquicos, dirigentes e militantes, está formado – tenho-os como uma horda famélica, de interesses, de vaidades, de ambições, de despeitos, impregnada de um espírito sectário: cortesões abjectos, diante do Rei, de quem esperam tudo, soberbos, e arrogantes, em face do país, que desprezam.»⁹⁶ Entre 1918 e 1919 a sua posição sobre o assunto evolui, assumindo publicamente as ideias do Centro Católico e preterindo o ideal da restauração monárquica, face ao da restauração cristã⁹⁷. Estava consumado o corte com o passado, tendo doravante o monárquico resignado à república, mas mantendo-se um defensor intransigente da restauração cristã. Doravante, Jacinto Cândido considerava o Centro Católico como herdeiro, e já não a continuação do nacionalismo: «O Centro Católico é, mais ou menos, uma nova fase do Nacionalismo, a minha doutrina. Hoje, como ontem, creio que a revolução não objectiva formas mas a própria substância e estrutura social. A questão não é já de monarquia e república; mas das bases morais da civilização»⁹⁸. Numa carta dirigida ao cardeal patriarca, Jacinto Cândido reforça estas ideias: «Não é a bandeira monárquica mas a bandeira cristã, que deve ser o ponto de convergência dos defensores da ordem. O partido monárquico é um grave erro, quasi um crime, social e patriótico. Todas as forças políticas conservadoras deviam estar no Centro, sem levantar a questão mínima do regime»⁹⁹. Apesar do progressivo envolvimento de Jacinto Cândido, nas iniciativas do Centro Católico, a partir de 1919, este não toma parte na sua organização, recusando um convite para se candidatar a senador. A sua influência é conhecida através da correspondência epistolar que mantém como o bispo da Guarda, D. José Alves Matoso, prodigalizando-o com conselhos sobre a necessidade da criação de uma imprensa forte, a importância da difusão da doutrina tomista e a valorização do papel das associações, propondo-lhe substituir a acção político-eleitoral, pela acção social, económica e moral, dando prioridade à acção económica¹⁰⁰. A pedido do Bispo da Guarda escreverá vários artigos sobre a acção social católica no jornal *A Guarda*.

⁹⁰ Id., *Ibidem*.

⁹¹ «Memórias», cap. XL, 1916, p. 186.

⁹² *Idem*, pp. 186-187.

⁹³ «Memórias», cap. XL, 1916, p. 186.

⁹⁴ *Idem*, pp. 188-190.

⁹⁵ «Memórias», cap. LVI, 1918, p. 255.

⁹⁶ «Memórias», cap. LIX, 1918, p. 262.

Afastado da actividade pública, observador atento da situação política, Jacinto Cândido dedicou-se nos últimos anos de vida a várias causas. Em 1919 descreve ao amigo Luís Gonzaga Ribeiro a sua vida: «Afastado sempre, ininterruptamente, como o meu Amigo bem sabe, desde 1910, das coisas políticas, e da vida pública, cá no meu canto, ocupando-me somente da minha agricultura, reduzido assim, muito de motu-próprio, a *Zé povi-nho*, como tal, como *páís*, afastado da carta dos políticos, e dela isolado, vejo e aprecio os acontecimentos, com o critério nacional, e não com o ponto de vista do profissionalismo político [...]»¹⁰¹. Orientará os seus interesses para as questões sociais e a economia¹⁰². Voltará a criticar, nos velhos termos do nacionalismo católico o despesismo, o partidarismo, o personalismo, e por último, o parasitismo na função pública¹⁰³. Ao tornar-se o representante do Sindicato Agrícola de Penamacor, reflectirá ainda sobre as questões associadas ao sindicalismo católico, apresentando nesta área propostas aos responsáveis do Centro Católico¹⁰⁴.

Conclusão

Na confluência de um momento histórico, onde vários acontecimentos tiveram lugar, preparando uns o advento da I República, lançando outros a semente, que após longos anos deu origem ao Estado Novo, o nacionalismo católico foi um importante movimento político e social, que importa compreender para se conhecerem as suas origens, bem como as relações que este movimento teve com as forças sociais e políticas mais conservadoras, mormente as herdeiras do legitimismo e do catolicismo intransigente.

Jacinto Cândido da Silva é uma figura fulcral para compreender o nacionalismo católico, experiência política conservadora dinamizada por parte do movimento católico português na primeira década do século XX. A progressiva atracção dos católicos para o desempenho de uma maior actividade política, fez-se a partir do Centro Nacional, no qual inicialmente confluíram católicos nacionalistas e democratas cristãos. Com a definição de um projecto político, entre 1901 e 1903, acreditaram os nacionalistas

⁹⁷ Defesa da restauração cristã sobre a restauração monárquica em carta de 8.5.1918 dirigida a José de Almeida Correia. «Memórias», cap. LX, 1918, 265.

⁹⁸ «Memórias», cap. LXII, 1918, p. 274.

⁹⁹ Esta carta nunca chegou a ser enviada ao seu destinatário, mas foi incluída nas *Memórias*, cap. LXV, 1918, p. 285.

¹⁰⁰ «Memórias», cap. LXVII, 1919, pp. 291-298.

¹⁰¹ «Memórias», cap. LXVI, 1919, p. 290.

¹⁰² Destacando dois temas de fundo: a questão económica e a questão financeira. *Memórias*, cap. LXX, 1919, p. 306.

¹⁰³ «Memórias», cap. LXXVII, s.d., pp. 333-336.

¹⁰⁴ Nomeadamente na correspondência trocada com Diogo Pacheco do Amorim.

que esta iniciativa, inspirada em movimentos europeus congéneres, tinha as condições necessárias para alcançar um espaço próprio no espectro político da época. Este foi o grande desafio do nacionalismo católico: a apresentação de uma proposta conservadora, de matriz católica, de regeneração social assente no nacionalismo, de exaltação patriótica, apostando no desenvolvimento colonial e na valorização económica da agricultura. Jacinto Cândido, homem de dotes oratórios e senhor de uma grande tenacidade foi o arauto desta nova gramática regeneradora. As obras que lhe conhecemos fornecem-nos ainda uma imagem fragmentada do seu pensamento e acção política. Contudo, ficou por abordar uma importante vertente da sua actividade – enquanto jornalista, primeiro ao serviço da regeneração, depois do catolicismo social e mais tarde, do nacionalismo católico. É igualmente desconhecido a real intervenção de Jacinto Cândido após o advento da república, nos projectos de restauração monárquica e católica, os quais tiveram um papel importante na recomposição política das forças conservadoras e católicas no decurso da primeira república.